

COMISSÃO MUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO À MUDANÇA DO CLIMA CMMC

63ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CMMC

17 de abril de 2024 | Local: Sala de Reuniões SEMAM | Horário: 09h00

Coordenador: Marcus Neves Fernandes (SEMAM)

Vice Coordenador (ad hoc): Greicilene Regina Pedro (SECLIMA/SEMAM)

Relator: Thiago Luiz Silva (SEMAM)

Representantes presentes: Srs. Marcus Fernandes (Coordenador), Greicilene Pedro (SEMAM), Edson Zeppini (GPM), Rosana Alo Braga (SEDURB), Carlos Eizo (SESERP), Adilson Luiz (SEPORTE), Leila Kamura (SIEDI), Franco Cassol (DEPRODEC-SESEG), Ernesto Kazuwo Tabuchi (SEGOV).

Ausências justificada: Eduardo Kimoto Hosokawa (SEMAM).

Ausências: DICOM, FPTS e SMS.

Convidados: César Neto (SIEDI) e Carla Cescato (SEMAM).

Memória da Reunião

Pauta da Reunião:

1. Leitura e aprovação das atas da 59ª e 60ª Reuniões Ordinárias;
2. Informes da Coordenação;
3. Plano Operativo Anual do Plano Municipal de Ação Climática de Santos (POA 2024);
4. Assuntos gerais

O Secretário de Meio Ambiente, Proteção e Bem-Estar Animal, Sr. Marcus Neves Fernandes, agradeceu a presença de todos e deu início a reunião.

No item 1, informou que as atas das 59ª e 60ª reuniões foram encaminhadas por e-mail para análise e aprovação. Foram aprovadas. Ficou acordado de aprovar as atas das 61ª e 62ª reuniões na próxima reunião.

No item 2, O Coordenador se apresentou como novo Secretário, informou que a última reunião foi realizada em dezembro de 2023 e que estão sendo retomadas as reuniões regulares. Informou que o Sr. Eduardo está de licença e a Sra. Greicilene está a frente da SECLIMA.

Pontuou sobre o calendário das reuniões e propôs adiantar as próximas reuniões para início às 9h, aprovado pelos membros. Apresentou informes sobre o GTT de Adaptação baseada em Ecossistemas - AbE e explicou que este nasceu na CMMC. Comunicou que o projeto piloto de AbE está em fase de implantação no Monte Serrat e através do decreto nº 10.300 de 2024 foi instituído GTT para acompanhar tanto o piloto de AbE no Monte Serrat quanto sua replicação em outros locais, e que através da SEACON é buscado a indicação de representantes para todas as secretarias que compõem o GTT. Expôs que como possui ligação à CMMC e ao GTT do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica - PMMA, a ideia é trabalhar de forma integrada nos momentos oportunos. Indicou para integrar o GTT as Assistentes Sociais Sras. Beatriz e Nathalia, pela SEDS, visto que esta última foi transferida para o Caruara, onde se pretende implantar projeto de AbE e a Sra. Beatriz está lotada na unidade que atende o Monte Serrat.

No item 3, A Vice Coordenadora informou que o assunto tem sido abordado há alguns meses na CMMC e que o Plano de Ação Climática de Santos - PACS é um instrumento importante de tomada de decisões, que dá orientações para trabalhar as questões de mudanças climáticas e seus efeitos no município. Explicou que o decreto que aprova o PACS é de 2022 e o PACS determina como um de seus instrumentos de planejamento o POA, a partir das diretrizes de curto (2025), médio (2030) e longo (2050) prazos, cabendo à CMMC definir, no POA, quais são as prioridades anuais dentre as diretrizes e ações do PACS. Participou que este será o primeiro POA, instrumento importante para a implementação do PACS. Apresentou exemplos das diretrizes do PACS e seus 8 Eixos, sendo de competência da CMMC elaborar os POAs e, na sequência, realizar análise da implementação das ações, observando se os objetivos do PACS estão sendo atingidos. Apresentou sugestão de cronograma para as atividades necessárias à elaboração do primeiro POA, considerando que já é um assunto em andamento. Inicialmente sugeriu definir o formato/estrutura do POA e as prioridades de cada órgão, até maio. Na sequência a coordenação trabalhará na compilação da minuta do POA para que em junho seja possível apreciação pela comissão e posterior realização dos ajustes finais, deixando, posteriormente, o documento disponível no *hotsite* do PACS. Informou que o Sr. Eduardo elaborou planilha com as principais ações e diretrizes dos 8 eixos para servir de orientação geral para que todos indiquem suas propostas, sendo que a SEDURB e a SEPORTE já apresentaram suas contribuições. Destacou que é necessário registrar, inclusive, as indicações apresentadas em reunião, para que possam ser incorporadas à minuta do POA. Destacou a importância de integrar todas as ações que as secretarias já desenvolvem relacionadas ao tema mudança do clima e pontuou que o PACS, disponível no *site* da Prefeitura, nas versões completa e resumo executivo, aponta como visão de futuro “Santos como cidade inclusiva sustentável resiliente, adaptada aos riscos climáticos e carbono neutro em 2050”. Falou que o PACS define os cenários, os riscos e as vulnerabilidades do município frente à mudança do clima, e que foi construído com o apoio da GIZ e consultores, especialistas, integrantes da Academia e da população em geral, determinando assim riscos e impactos climáticos. Na

sequência foi possível pensar no planejamento de ações e intervenções em áreas estratégicas definidas nas diretrizes e metas para os 8 eixos estratégicos (1. Planejamento urbano sustentável e meio ambiente; 2. Inclusão e redução da vulnerabilidade social; 3. Resiliência urbana e soluções baseadas na natureza. Articulações com o PMMA; 4. Resiliência da zona costeira, estuários e rios e canais/ drenagem urbana; 5. Vulnerabilidade e gestão de riscos climáticos – desastres naturais; 6. Gestão de infraestruturas – Equipamentos sociais de grande porte; 7. Inventário de GEE e plano municipal de mitigação e 8. Governança e participação na gestão climática) sendo que as diretrizes gerais foram definidas para curto (2025), médio (2030) e longo (2050) prazos. Reiterou que a ideia é focar nas principais diretrizes e no primeiro POA identificar o que as secretarias já estão realizando além de determinar o que ainda se pretende alcançar até o final do ano de 2024. A título de ilustração apresentou proposta de ação para o eixo 2 e demonstrou as conexões com outros projetos e ações. Sobre o eixo de governança, falou do novo arranjo projetado no PACS e que agora entra em processo de implantação. Citou como outro exemplo o sistema de monitoramento de riscos da Defesa Civil. Comunicou que uma das metas a curto prazo do PACS é realizar o inventário municipal de emissão de gases de efeito estufa, importante para dar base a um plano de mitigação municipal e que através de reuniões e apresentações prévias este inventário passou a fazer parte de um sistema mais amplo, por meio da criação de plataforma de monitoramento.

No item 4, o Sr. Adilson destacou a importância da participação da Autoridade Portuária de Santos - APS na comissão pois é necessário levar em consideração a zona portuária, destacou que a APS possui programa de monitoramento de impactos ambientais extremos e inventário de gases de efeito estufa. Pontuou sobre os estudos sobre os efeitos das mudanças climáticas específicas na área do porto e que pode ser de interesse da Comissão. Explicou que existe Termo de Ajuste de Conduta - TAC entre o Ministério Público Federal e a APS que prevê a ampliação do projeto-piloto para proteção costeira na Ponta da Praia, os *Geobags*. A Vice Coordenadora participou que a atual composição da comissão é interna à Prefeitura mas que é possível convidar representantes de outros setores da sociedade para reuniões específicas, quando houver assuntos em comum. Informou acerca de convite ao município, por meio da SECLIMA-SEMAM, para participar de Seminário da FGV sobre “extremos de chuvas, gestão de riscos e adaptação climática em cidades brasileiras” que ocorrerá no dia 24 de abril com possibilidade de acompanhamento *online*. Sem mais nada a ser tratado no momento, à reunião foi encerrada.

MARCUS NEVES FERNANDES
COORDENADOR DA CMMC